

## SINOPSE DE REUNIÃO

### *“Reunião da Câmara Técnica de Pesca e Aquicultura – CT Pesca”*

**Documentos convocatórios:** Ofícios CBHLSJ nº 16/2024, de 04 de março de 2024; e nº 19, de 11 de março de 2024.

**Data:** 18/03/2024

**Hora:** 09:30h

**Local:** Universidade Veiga de Almeida – Campus de Cabo Frio, localizada na Estrada Perynas s/n, Cabo Frio – RJ

**Presentes:**

**Membros:** Breno Bento dos Santos (Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia); José Carlos Teixeira (Associação de Pescadores Artesanais no Parque das Garças Integradas); Francisco da Rocha Guimarães Neto (Associação de Pescadores Artesanais e Amigos da Praia da Pitória); Reginaldo de Souza Costa (Associação de Pescadores Artesanais da Praia da Baleia)

**Convidados:** Leonardo Nascimento (Analista Técnico do CILSJ/CBHLSJ); Mariana Botelho (Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro - FIPERJ); Samara Miranda (Assistente Administrativa do CILSJ/CBHLSJ); Alexandre Casuro (Associação de Pescadores Artesanais e Amigos da Praia da Pitória); Sampaio (São Pedro); Victor de Caramelo (FIPERJ); Roni Ribeiro (APAGPLA); Anderson Don (ASPRAPAB); Jorge Richard (Iguaba Grande); João Paulo da Silva (GCMA Iguaba Grande); Aline Ribeiro (CILSJ).

**Pauta original:**

1. **Aprovação das Sinopses de Reuniões Anteriores (27/06/2023), (13/07/2023), (04/10/2023);**
2. **Dragagem do Canal do Itajur ;**
3. **Fiscalização Integrada da Lagoa de Araruama;**
4. **Assuntos Gerais.**

**Pauta Executada:**

1. **Minuta da Fiscalização Integrada;**
2. **Estudo e monitoramento do Guaiamum no Rio São João;**
3. **Termo de Referência para o Balizamento do Canal de Cabo Frio.**

**Resumo:**

O Coordenador da Câmara Técnica o Sr. Francisco Guimarães iniciou a apresentação agradecendo a presenç a de todos e solicitou a inclusão de pauta em assuntos gerais dos seguintes temas: a minuta da Fiscalização Integrada e o lanç amento da Fiscalização, o estudo do Guaiamum no Rio São João e a proposta de construção do Termo de Referência para o Balizamento do Canal do Itajur . O Sr. Francisco Guimarães acrescentou que seria fundamental a realização do referido balizamento devido aos conflitos existentes entre os usuários de esporte e lazer e os pescadores locais. Avanç ando, prosseguiu-se para a aprovação das sinopses das

reuniões anteriores, sendo as mesmas aprovadas sem manifestações contrárias. Seguiu-se então para a pauta sobre a **Dragagem do Canal Itajurú**, onde foi relatado pelo Sr. Francisco Guimarães que em vistoria realizada ao local da dragagem junto ao Ministério Público Federal (MPF) foi observado que a dragagem havia sido realizada de forma inadequada, não respeitando especificações técnicas definidas em memorial descritivo, informou também que foi realizado o registro fotográfico dessa visita e que ao final da mesma ficou acordada a realização de uma nova vistoria, considerando que o MPF paralisou os serviços até que seja apresentado um Estudo Técnico, bem como a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do Engenheiro responsável pela execução da referida atividade. Em sequência o Sr. Francisco Guimarães consultou aos presentes se concordavam em realizar uma petição em nome das organizações de pesca junto ao MPF, considerando que a dragagem não estava atendendo ao determinado em contrato, ficando acordado pela maioria dos presentes que poderia seguir dessa forma. Dando prosseguimento, foi abordado o segundo item de pauta sobre a **Fiscalização Integrada da Lagoa de Araruama**, onde o Sr. Francisco Guimarães explanou sobre a observação de que a pesca na lagoa estava muito desordenada, continuou relatando que não era apenas com relação a uma arte de pesca específica, mas que para todas as artes de pesca seria necessária uma melhoria das ações de Fiscalização. Prosseguiu relatando que, segundo o Relatório de Ações referente ao período de defeso de peixes do ano passado, apresentado na última CT Pesca realizada em 04 de outubro de 2023, observou que as ações realizadas pelas equipes de fiscalização deixaram a desejar, considerando que em anos anteriores existiam menos recursos, porém eram realizadas mais ações. O Sr. Francisco Guimarães apontou também que outros fatores estavam contribuindo negativamente, como, por exemplo, problemas relacionados à falta de integração entre as equipes dos diferentes municípios, a diminuição do efetivo por parte das prefeituras, entre outros. Neste momento o Sr. Roni Ribeiro, pediu a palavra e solicitou fosse realizada uma fiscalização em todos os ganchos da região por haver irregularidades nesses locais que comprometiam os pescadores regularizados, ressaltou que existiam pessoas que estariam tentando burlar o sistema se dirigindo às prefeituras e solicitando o aval delas, comprometendo os pescadores que estavam respeitando as leis pertinentes. Prosseguindo, o Sr. Breno Bento reforçou a importância da integração entre os municípios para as ações de fiscalização da lagoa, considerando que a mesma auxilia no controle das áreas de pesca e agradeceu ao Consórcio por disponibilizar o veículo aquático para fins de regulamentação e fiscalização da lagoa. A Sr.<sup>a</sup> Aline Ribeiro então apresentou os relatórios apresentados pelas equipes de fiscalização durante o período de defeso, informando que foram realizadas 63 (sessenta e três) ações no período de 01 de agosto de 2023 até dia 04 de outubro de 2023. Neste momento os agentes das equipes de fiscalização presentes na reunião, bem como o Sr. Arruda, explanaram sobre como estavam sendo realizadas as ações até o momento e ao final dessa discussão surgiu o assunto sobre as apreensões de artefatos de pesca. Logo em seguida, o Sr. Francisco Guimarães argumentou que existiam duas possibilidades para que não houvesse a reutilização dos materiais apreendidos pelos órgãos fiscalizadores, sendo a primeira delas o prosseguimento de um trâmite de despacho dos materiais, o que possibilitaria o seu reuso, complementou dizendo que esse primeiro cenário era o que normalmente acontecia após as apreensões. A segunda seria a criação por parte dos municípios de uma legislação referente aos materiais apreendidos, deliberando pela inutilização dos artefatos de pesca após a apreensão. Com relação à fiscalização integrada, o Sr. Francisco Guimarães ressaltou que, conforme o Acordo de Cooperação Técnica, cada município deveria disponibilizar pelo menos 3 (três) agentes de fiscalização para acompanhar o andamento do processo, complementou apontando que atualmente não estava sendo realizado dessa forma. Em seguida ressaltou a necessidade de

uma solicitação junto ao MPF para que as prefeituras passassem a cumprir com o referido acordo, além disso, que a fiscalização passasse a monitorar todas as redes apreendidas nas delegacias, pois deste modo seria possível identificar os usuários que estariam realizando práticas ilegais. Neste momento levantou-se uma discussão entre os presentes sobre o fato de que outros órgãos correlacionados não estariam participando efetivamente das ações e que não estariam demonstrando interesse com relação à preservação ambiental da lagoa. Em sequência a Sr.<sup>a</sup> Aline Ribeiro informou que por meio do CILSJ foram enviados ofícios, entre os meses de agosto e setembro de 2023, às seguintes instituições: as Delegacias regionais (Araruama, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia), o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), a Unidade de Policiamento Ambiental (UPAM), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Polícia Rodoviária Federal (PRF). Por fim, acrescentou que até o momento não havia obtido resposta. O Sr. Francisco então sugeriu o agendamento de uma reunião, por intermédio do CILSJ, com representantes de cada órgão ambiental municipal, estadual e federal em conjunto com MPF para uma conversa sobre a situação atual da fiscalização da Lagoa de Araruama. Avançou-se para a apresentação dos saldos referentes à rubrica de Auxílio à Pesca, onde a Sr.<sup>a</sup> Aline Ribeiro apresentou os saldos remanescentes dos respectivos contratos em andamento, informando que o total remanescente era de R\$ 830.402,92 (oitocentos e trinta mil, quatrocentos e dois reais e noventa e dois centavos), sendo os seguintes valores correspondentes aos contratos de Auxílio à Fiscalização: R\$ 21.018,00 (vinte e um mil e dezoito reais) para o contrato do Kit Alimentação; R\$ 26.497,97 (vinte e seis mil, quatrocentos e noventa e sete reais e noventa e sete centavos) referente ao Combustível; R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a Manutenção preventiva e corretiva de motor de popa e embarcação; R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para Aquisição de peças para reparo; R\$ 10.620,00 (dez mil, seiscentos e vinte reais) para Aluguel de Marina. Com relação aos saldos referentes ao Monitoramento estatístico pesqueiro e auxílio à Pesca, a Sra. Aline Ribeiro citou os saldos a seguir: R\$ 185.591,13 (cento e oitenta e cinco mil, quinhentos e noventa e um reais e treze centavos) para o Estudo da dinâmica populacional de peixes e camarões na Lagoa de Saquarema, no município de Saquarema; R\$ 95.829,12 (noventa e cinco mil, oitocentos e vinte nove reais e doze centavos) para o Estudo da dinâmica populacional dos camarões na Lagoa de Araruama; R\$ 276.715,57 (duzentos e setenta e seis mil, setecentos e quinze reais e cinquenta e sete centavos) para o Monitoramento estatístico pesqueiro nas lagunas de Araruama e Saquarema; R\$ 125.868,50 (cento e vinte e cinco mil, oitocentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos) para o Monitoramento estatístico pesqueiro do Rio São João; R\$ 28.125,95 (vinte e oito mil, cento e vinte cinco reais e noventa e cinco centavos) para o Ordenamento dos Usos Múltiplos da Lagoa de Araruama. Ao final da apresentação dos saldos o Sr. Leonardo Nascimento complementou informando que o recurso discriminado na planilha como “Ordenamento dos Usos Múltiplos da Lagoa de Araruama” no valor de R\$ 208.125,95 (duzentos e oito mil, cento e vinte e cinco reais e noventa e cinco centavos) seria destinado para o Gerenciamento Costeiro e não diretamente para a rubrica de pesca, porém, ressaltou que para o remanejamento dos recursos citados anteriormente para qualquer outra finalidade, considerando que estavam aportados por meio de resolução, precisaria passar primeiro pela revisão do Plano de Aplicação Plurianual de Investimentos (PAP) do CBHLSJ. Logo após, a Sr.<sup>a</sup> Aline Ribeiro contextualizou que o CBL SJ aportou recurso no ano de 2020 num montante de R\$ 100.000 (cem mil reais) para o Projeto de Estatística Pesqueira do Guaiamum no Rio São João e informou que foi realizada uma reunião em conjunto com a FIPERJ, visando o firmamento de um Acordo de Cooperação Técnica para a elaboração e execução do referido

projeto. A Sr.<sup>a</sup> Mariana Botelho apontou algumas ações que haviam sido realizadas no ano de 2019, que antecederam a deliberação da resolução por parte do CBHLSJ com relação ao monitoramento pesqueiro do Guaiamum no Rio São João. Em seguida, o Sr. Francisco Guimarães retomou o assunto do Balizamento do Canal, ressaltando sobre a importância da elaboração do Termo de Referência, onde sugeriu o agendamento de uma reunião para o próximo mês para tratar sobre o referido tema. Por fim, sem mais assuntos a tratar, o Sr. Francisco Guimarães agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

**Registro Fotográfico:**



**Relator:** Breno Berti, **Revisado por:** Aline Ribeiro

**Elaborado em:** 05/07/2024

**Aprovado em:** 23/07/2024



**FRANCISCO ROCHA GUIMARÃES**  
Coordenador da Câmara Técnica de Pesca  
e Aquicultura do CBHLSJ